

Riscos x Investimentos – Setor Elétrico

HOLTZ, Abel. “Riscos x Investimentos – Setor Elétrico”. Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2017.

Como destacado em artigo no jornal o Estado de São Paulo, pelo diretor da CBIE, o negócio transmissão esta sendo objeto de interesse de muitas empresas incluindo as novatas geradoras e distribuidoras, pelas alterações positivas feitas pela Agência Reguladora na definição do custo médio ponderado do capital (WACC) e pelo BNDES com as ampliações dos financiamentos com aplicação do IPCA, e de equipamentos pelo Finame, com aplicação da TJLP, para dar ao negócio maior atratividade e viabilidade. Cabe ressaltar que sendo o negócio transmissão praticamente uma renda fixa, as mudanças nas condições de financiamento vieram em boa hora, mas os riscos na implantação do empreendimento muitas vezes são inibidores para interesse de empreendedores para sua conquista.

Concordando com as afirmativas do Adriano Pires aduzimos que os investidores estão direcionando suas atenções para este segmento também por que no momento, há sobrecontratação e, portanto, a oferta suplanta a demanda prevista, esta por sua vez, estará baixa por algum tempo e não pressionará a oferta, por fim, não existem empreendimentos de geração de porte sendo estudados e desenvolvidos para virem ser licitados para o atendimento à demanda futura. No outro lado, haverá a relicitação de usinas existentes com riscos já dominados e “cash-flow” facilmente definido em contraponto as atuais condições para o desenvolvimento de novos empreendimentos que lhes levaria assumir riscos desnecessários. Logicamente este será o negócio de interesse dos investidores.

Os riscos aos quais podemos nos referir para o segmento transmissão poderiam ser vistos na obtenção das licenças ambientais, tendo presente que as linhas percorrem muitas vezes diferentes estados com exigências distintas e na construção das fundações das torres, muitas vezes, exigências escatológicas, como recolher a água de lavagem de betoneiras. Para evitar a contaminação do solo, como também, dependendo da região onde serão construídas poder afetar jazimentos arqueológicos que exigem modificações até do traçado da linha ampliando custos e prazos de execução. Não precisamos ir muito longe para comprovar estas afirmativas posto que as linhas de transmissão de Teles Pires, Belo Monte e aquelas das hidroelétricas do Madeira sofreram impactos desta natureza com efeitos na oferta da energia das usinas que ocasionaram muitas por atrasos na implantação do empreendimento e incremento de custos.

Como destacado no mesmo artigo os riscos dos empreendimentos de geração, focando o caso das hidrelétricas, estariam na obtenção das licenças ambientais, como no recente empreendimento de São Luiz dos Tapajós, como também, no incremento no montante de custos previsto para o investimento que definiram a viabilidade de sua proposição, por demandas sociais que surgem ao longo da sua implantação, como ocorreu em Belo Monte, e/ou reivindicações sindicalistas, com distúrbios e greves como ocorreu recentemente nas hidrelétricas do rio Madeira. Estes casos os mais recentes.

Poderíamos aduzir no caso das hidrelétricas ainda o risco da não interconexão do empreendimento ao sistema elétrico por atrasos na implantação das linhas de transmissão que retiram a possibilidade de entrega da parcela da energia produzida a contratos fora do mercado cativo (ACR) que permitiram a modicidade tarifária. E ainda, os riscos referidos ao GSF, cujas consequências já verificadas ainda não foram resolvidas, bem como o impacto do custo do acionamento das térmicas.

No caso das distribuidoras poderíamos lembrar que a inadimplência dos consumidores é bancada e/ou resolvida por elas, os furtos de energia além dos custos para sua identificação e correção causam imenso impacto na viabilidade do negócio e nos investimentos na manutenção das redes. A sobrecontratação hoje existente seria de toda responsabilidade delas até que o leilão que se desenha venha resolver esta realidade.

Também, cabe referir que, com a ampliação da geração distribuída, será exigida uma revisão importante na precificação da energia de “back-up” e definição da forma que permitirá a manutenção e atualização da rede de distribuição tendo em vista que os “novos geradores” terão direitos para fazer escambo com a energia que vier a consumir em confronto com a quantidade produzida afetando as receitas das concessionárias. Estes fatores ampliariam ainda mais o endividamento destas empresas, como ressaltado pelo governo.

Assim, mesmo com o bom resultado do leilão de transmissão realizado que reforçará o gigante e interconectado sistema que possuímos, cabe sempre observar que todo o setor está a exigir a atualização do Modelo ora em vigor para que os riscos dos vários negócios possam ser avaliados e equacionados para os investimentos fluírem em todos os segmentos.

A atualização do Modelo de comercialização e expansão é, na verdade, uma exigência dos fatos. A evolução da mentalidade empreendedora, da lógica ambiental e da tecnologia alteram a percepção de risco ao longo do tempo, e fazem com que regras antes vistas como positivas e robustas percam seu apelo e passem a ser consideradas causadoras de risco, ao invés de mitigadoras. Independente de quem ganhe ou perca com as mudanças, elas são necessárias para garantir a coerência entre o objetivo do desenvolvimento nacional e a disposição de investir dos empreendedores. Que venham as mudanças!

Abel Holtz é engenheiro e empresário estuda e desenvolve trabalhos na área de concessões particularmente no setor elétrico